

PONTO CRÍTICO

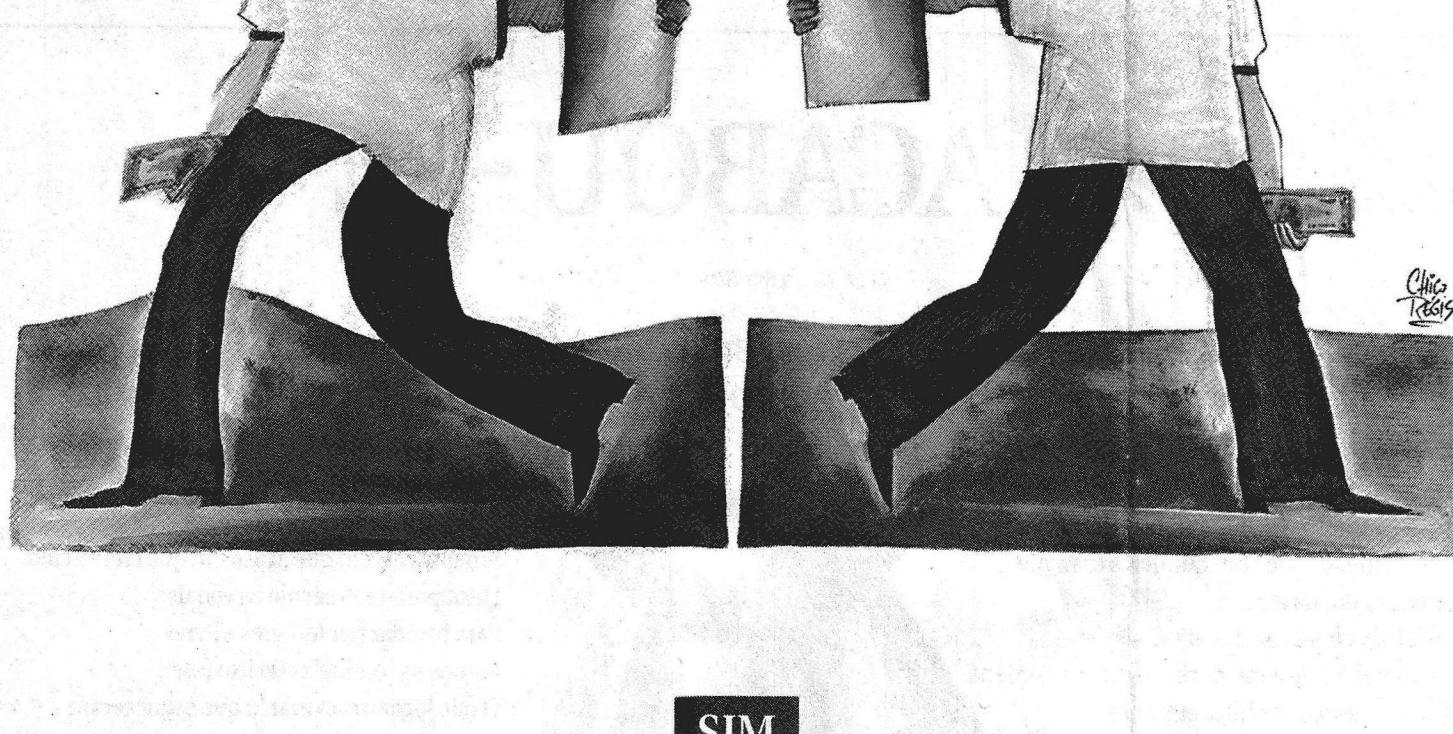
OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Escola pública é a melhor escolha?

O debate entre o ensino particular e o público não é recente. Arrasta-se ao longo de décadas. Nos últimos anos, contudo, ocorreu

impressionante avanço das escolas particulares, que descobriram seu público, mas passaram a tratar alunos como consumidores. Além

da permanente questão do preço das mensalidades, ressurge a discussão sobre escola pública versus escola particular.



SIM

O DESAFIO DA PRÓXIMA DÉCADA

Éfrem de Aguiar Maranhão

"Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação." Assim começava o famoso e atual Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em março de 1932, por um grupo de educadores do qual faziam parte grandes nomes, como Fernando de Azevedo, Antônio Teixeira e Lourenço Filho. O documento pregava que o Estado tem o "dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais".

Quando os pioneiros assumiram a defesa dos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e universalidade do ensino — "consagrados na legislação universal" —, o quadro educacional do país era dramaticamente precário. A taxa de analfabetismo beirava 60% e a cobertura escolar era ínfima. Deste então, o Brasil deu um salto. O analfabetismo está em declínio. O sistema de ensino está em expansão. Hoje, 96% das crianças de 7 a 14 anos estão na escola e o

ensino médio cresce numa velocidade espantosa.

Essa transformação tornou-se possível pela mobilização da sociedade e porque o Estado assumiu o dever de garantir o direito à educação, consagrado pela Constituição de 1988. De fato, todo sistema de ensino, exceto o de nível superior, é predominantemente público. São atendidos, em escolas públicas, 92% dos alunos do ensino fundamental e 85% do ensino médio, proporção que vem aumentando. Se considerarmos todos os níveis e modalidades de ensino, a rede pública já atende cerca de 48 milhões de alunos.

Em um país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, altos índices de matrícula no setor privado tenderiam a indicar a exclusão da população de renda mais baixa, que constitui a maioria das crianças e jovens. Portanto, a universalização da educação básica depende essencialmente da expansão do atendimento no setor público. Nas últimas décadas, essa foi a grande prioridade da política educacional do país.

O desafio da próxima década

será garantir escola pública de qualidade para todos, pois a expansão se deu, em parte, às custas da sua deterioração. É para esse objetivo que se voltam as ações das três esferas de governo. São componentes fundamentais da política de melhoria do ensino público: as avaliações educacionais (Saeb e Enem); a ênfase na valorização de profissionalização do magistério; as diretrizes e parâmetros curriculares nacionais; os programas de aceleração da aprendizagem; o uso de novas tecnologias e de recursos de educação a distância.

Para alcançar os resultados almejados, é indispensável aumentar os investimentos no setor, conforme propõe o Plano Nacional de Educação, aprovado na semana passada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que prevê elevar os gastos para 7% do PIB, contra os cerca de 4% atuais. No entanto, nos preocupa a indefinição da Reforma Tributária, além de ser frustrante o valor do custo/aluno, definido pelo governo federal para o ensino fundamental, e insuficientes os valores orçamentários do PPA 2000-2003.

O consenso formado em torno do princípio de que a educação constitui-se um direito básico de cidadania sustenta a esperança e a certeza de que a escola pública é hoje realidade e tem futuro promissor. Afinal, não há nenhum nação em todo o mundo que tenha alcançado altos índices de desenvolvimento e igualdade sem apoiar-se num sistema de educação básica, pública, universal e de qualidade.

E, como dizia Antônio Teixeira, de quem será comemorado o centenário de nascimento no próximo ano, "só existirá uma democracia no Brasil no dia em que se montar a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública..." Está na hora de "Burocratas de plantão" e "Eventuais decisores" entenderem que educação é investimento permanente e não um custo, e que só com uma Escola Pública Gratuita de Qualidade é que teremos um país justo, desenvolvido e soberano.

■ Éfrem de Aguiar Maranhão, é secretário de Educação de Pernambuco, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

NÃO

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA

Luiz Márcio Lobo

Educação é um dos assuntos do momento. Está em todos os lugares, em todos os lares. No entanto, por trás do debate em torno do reajuste das mensalidades, há algo bem mais profundo. Às vezes fico me perguntando: o que o ministro da Educação quis dizer com a frase "educação não é mercadoria"? Ora, se não se compra, não se gasta. Será que é com essa convicção que o nosso ministro luta para conseguir mais verbas para a educação brasileira?

O fato é que educar tem um custo e esse custo é muito alto. Por isso, a sociedade brasileira — alunos, pais, professores, empresários e governo — não está sómente debatendo o significado semântico, sociológico e econômico do vocabulário inadimplência. O governo não pode prescindir do ensino particular que supre, atualmente, a necessidade educacional da população mais exigente, a classe média.

Restringir o debate atual a questões como o reajuste anual e/ou a proteção contra a inadim-

plência — é pensar pequeno. Ao meu ver, o assunto é transcendente. Na verdade, o Brasil de hoje — assim como o Japão pós-guerra — está descobrindo o real valor da educação e a importância do ensino na preparação do homem do futuro, como um ser integrado e participante do mundo globalizado, cujas fronteiras a cada dia deixam de ser territoriais e passam para a esfera do conhecimento.

O ensino privado atende a menos de 10% dos estudantes brasileiros. Do valor de cada mensalidade cobrada, mais de 30% retornam aos cofres públicos via taxas, contribuições ou impostos. Se deduzirmos esses valores, as mensalidades seriam realmente caras? Creio que não. Portanto, chegou o momento de inverter o apelo: é o Estado que deve solicitar a contribuição direta das entidades educacionais particulares. Juntos, venceremos o desafio de educar nossas crianças no próximo milênio.

O assunto é palpitante e o reflexo disso está no noticiário (jor-

nais, rádios, tevés e agora também a Internet) sobre a educação. Páginas especializadas, polêmicas, filmetes na tevê, outdoors, folders, peças publicitárias. Enfim, se fosse possível contabilizar, certamente comprovaríamos que cerca de 30% da mídia está hoje envolvida no processo educacional brasileiro. Há mercado para isso, há futuro nesse debate. Como diretor de escola particular, tudo isso me empolga. Principalmente porque fico preocupado com o esgotamento da minha capacidade de indignar-me com o raciocínio dos nossos governantes. De qualquer maneira, somos pioneiros do ensino em Brasília. Há 30 anos, o Candanginho vem colaborando com a educação infantil brasileira. Hoje podemos nos orgulhar da legião de alunos e ex-alunos que formamos — muitos deles ocupando postos importantes no governo e na sociedade civil.

Particularmente, o que mais nos alegra é perceber que um estilo de ensino, um método próprio de educar as crianças de

Brasília está sendo seguido por outros colégios. Quando, há dois anos, resolvemos integrar ao Centro de Ensino Candanginho (nossa unidade no bairro Sudoeste, com 1.300 alunos) uma academia de ginástica e um curso de inglês, pensávamos na comodidade financeira e de deslocamentos dos alunos e dos pais. No mesmo colégio, o aluno teria um ensino básico qualificado, um curso de inglês de qualidade e uma academia de ginástica do melhor estilo.

Estar na vanguarda do processo educacional é estar globalizado, buscando soluções modernas, dinâmicas, carinhosas, que preparem e humanizem nossas crianças. Essa é a nossa função social — queira ou não o governo. Dinamismo, integração, criatividade, segurança: tudo isso faz parte do debate educacional do momento. E, com toda certeza, a solução não está somente em uma máquina de calcular.

■ Luiz Márcio Lobo é diretor do Candanginho-Sudoeste